

ESTRATÉGIAS JUVENIS PARA «FINTAR» FRAGILIDADES A construção da pertença a uma casa da juventude no Norte de Portugal

Sofia Marques da Silva*

A escola tem sido dominante na definição da pertença juvenil a uma identidade política e social, propondo uma classificação de sujeitos a partir da sua relação com aquela instituição, os seus propósitos e valores e organizando formas de transição «normais». No entanto, existe menos reconhecimento social em torno de pertenças, enquanto estratégias criativas, desencadeadas por jovens relativamente a outras instituições, comunidades e grupos e no interior dos quais fabricam as suas próprias modalidades de transição para a vida adulta.

*O objecto deste artigo** enquadra-se num estudo etnográfico realizado numa casa da juventude situada na periferia do Porto entre 2005 e 2007 em torno das culturas, transições e experiências juvenis na primeira década do século XXI. Aqui pretende-se focar algumas estratégias de um grupo de jovens para o reconhecimento, enquanto forma de reposição de justiça, a partir do fabrico da sua inclusão no espaço cognitivo de uma instituição não escolar: uma casa da juventude.*

Palavras-chave: etnografia, transições juvenis, reconhecimento, insegurança

Introdução

Uma etnografia¹ realizada na Casa da Juventude de Santa Rita² entre 2005 e 2007 procurou compreender as experiências de um grupo de jovens rapazes e raparigas a crescer numa freguesia

* CIE – Centro de Investigação e de Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Porto/Portugal).

** Este texto é apresentado no âmbito do projecto Mediação na Comunidade (PTDC/CED/66812/2006), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ A etnografia foi realizada no âmbito do doutoramento em Ciências da Educação (Silva, 2008).

² Os nomes de lugares e de pessoas presentes neste artigo são fictícios. O termo Casa da Juventude pode adquirir a designação Casa ou CJ.

situada na periferia da cidade do Porto e cujos quotidianos são, em parte, marcados pela sua presença e participação numa instituição não escolar: a Casa da Juventude (CJ).

A atenção recaiu sobre jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 23 anos pertencentes a famílias socialmente desfavorecidas que conhecem situações de desemprego, ou de trabalho precário e mal pago. Estes/as jovens conhecem formas estruturais de exclusão social e cultural, nomeadamente a exclusão da escola que tem uma aparição frágil nas suas biografias. O ensino superior ou mesmo o ensino secundário são universos desconhecidos para as famílias e para uma grande parte dos/as jovens que não termina a escolaridade obrigatória. São, deste modo, jovens com histórias de abandono escolar e de insucesso, e uma parte significativa conhece posteriormente experiências de trabalho precárias ou está durante largos períodos de tempo sem ocupação, passando muito do seu tempo nos espaços da CJ, uma instituição que, localizada na freguesia onde moram, é um espaço onde jovens podem ocupar os seus tempos livres ou participar em projectos educativos.

Este estudo, que tinha como objecto as contradições emergentes quer das fragilidades estruturais que atravessam as vidas destes/as jovens quer das estratégias juvenis para o reconhecimento e para a dignidade, procurou dar conta de um conjunto de exuberâncias³ que resultam de efeitos de contrastes e incluem múltiplas, irregulares e até conflituosas formas de expressão e experiências juvenis. A exuberância, enquanto organizador conceptual, permitiu compreender aquilo que resulta, por um lado, de um movimento de confronto dos/as jovens com vulnerabilidades e medos, decorrentes do desinvestimento e da perda de confiança em vários mundos, nomeadamente do trabalho e da escola, e, por outro lado, de um movimento de afirmação e de investimento que passa pela construção da pertença, da confiança e do reconhecimento em lugares, figuras e grupos de conforto. Neste último movimento, reconheceram-se algumas estratégias juvenis para a produção e solidificação de estruturas relacionais seguras, que lhes permitem lidar com mudanças e com o imprevisível. Destacam-se estratégias como a valorização da experiência e a

³ A exuberância, que significa excesso, irregularidade e união de contradições, é um conceito da estética barroca dando corpo a estruturas de experiências e subjectividades juvenis reconhecidas a partir do estudo etnográfico. A opção por este conceito segue o argumento de que existem fenómenos da contemporaneidade que podem ser melhor compreendidos se recorrermos a referentes de épocas anteriores (Calabrese, 1988). Deste modo, considera-se que sendo o barroco marcado pela plurilinearidade torna-se pertinente como plataforma para se pensarem algumas formas culturais juvenis, através da proposta de um diálogo intercompreensivo entre a categoria estética, a exuberância, e as categorias sociais (Willis, 2000). O estudo etnográfico que inspira este artigo deu conta de algumas exuberâncias: a exuberância das fragilidades e a sua tradução nas exuberâncias da experiência e da pertença. A primeira dá conta dos efeitos mais negativos de processos de transformação das sociedades da pós-modernidade, normalmente visíveis no aprofundamento das desigualdades sociais, económicas e sociais vividas de modo mais acentuado à escala individual; as últimas são estratégias juvenis de construção de *contrapropostas* para a figuração de si, investindo em presentidades e mini-projectos que garantem alguma visibilidade e reconhecimento nos contextos de vida juvenis, ainda que possam ter efeitos pouco emancipatórios nos circuitos dominantes da sociedade.

construção de um sistema de pertenças às culturas juvenis, à comunidade, ao grupo de pares, à CJ, ao corpo e ao simulacro.

O presente artigo tem como objectivo tratar algumas dimensões do processo de construção da pertença à CJ. A partir da apropriação daquela instituição procuram os/as jovens superar algumas das suas fragilidades estruturais. Enfatiza-se esta estratégia como uma forma de reorganização juvenil das possibilidades que entendem disponíveis nos seus contextos de proximidade, tendo como objectivo um reconhecimento cultural.

Após um breve esclarecimento em torno de aspectos metodológicos, este artigo procura, em primeiro lugar, tratar de alguns pontos de vista sobre a contemporaneidade com o objectivo de enquadrar a construção da pertença à CJ; seguidamente, define-se a natureza da pertença em termos gerais e, posteriormente, dão-se a conhecer concretamente algumas dimensões da relação juvenil com a CJ. Por fim, apresenta-se uma breve conclusão.

1. Aspectos metodológicos: contexto, sujeitos e método

Dizem Antónia Pedroso Lima e Ramon Sarró (2006) que fenomenologicamente tão remota pode ser a selva como o metro. Quando em Outubro de 2004 se opta pela CJ de Santa Rita, e se inicia o processo de contacto e de autorização com a câmara municipal que a tutela, foi porque se reconheceu ao lugar esse carácter distante. Concorrem para a escolha daquele contexto o facto de, enquanto investigadora, ter experiência no estudo de contextos de periferia urbana; de ser um lugar acessível, o que facilita a estadia prolongada no terreno, e de constituir uma zona que suscita alguma estranheza na medida em que se localiza perto de um centro urbano, paredes-meias com grandes superfícies comerciais, auto-estradas e parques industriais, e contém ainda, por outro lado, características rurais. Estes contrastes permitiriam captar espacialidades de interferência entre a cidade centro e a cidade periférica.

Deste modo, a CJ não serve apenas de cenário, de pano de fundo, ou recipiente inerte de sujeitos. Ao se pretender estudar numa abordagem fenomenológica e etnometodológica⁴ as experiências juvenis que atravessam e constituem a CJ, esta torna-se também objecto nas suas várias aparições.

⁴ Apesar de a abordagem proposta pelo interaccionismo simbólico não ser aquela que aqui mais se privilegia, não deixam de ser relevantes algumas dimensões, nomeadamente a proposta de que as pessoas agem de acordo com o significado que as coisas têm para elas, sendo necessário conhecer esses significados para se poder compreender a sua acção e ainda a defesa de que as interpretações de mundo realizadas pelos sujeitos são relevantes para o conhecimento científico: «O interaccionismo simbólico baseia-se na característica fundamental do símbolo, ou seja, na existência de uma distância, de uma relação relativamente arbitrária e dinâmica entre o significante e o significado, própria da comunicação humana, associada à relatividade das normas socioculturais» (Gonçalves, 1997: 77). O interaccionismo simbólico

Podem frequentar a CJ crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 30 anos e que estejam inscritos como utentes deste espaço. Este grupo é oriundo, de um modo geral, da freguesia e faz parte, predominantemente, de grupos sociais desfavorecidos. Privilegia-se como sujeitos de investigação um grupo de jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 23 anos e que frequentam a CJ durante o estudo etnográfico. O grupo de jovens⁵ está frequentemente em reformulação e, portanto, sempre inacabado, pois sofre das oscilações e flutuações que caracterizam este espaço. A instituição tem, no entanto, um núcleo duro de jovens que resiste às oscilações e que se perpetua.

A escolha do método etnográfico, como modo específico de estar no terreno, de olhar o «real», de recolher dados e informação e até de construir um quadro conceptual, justifica-se porque se procuram racionalidades locais e a compreensão que os sujeitos fazem da sua vida. A proposta etnográfica é apontar algumas direcções para o entendimento das acções dos sujeitos, mas igualmente aceder ao modo como os sujeitos compreendem os processos sociais em que estão envolvidos e o modo como tentam negociar a sua acção.

Como foi, então, fazer terreno? Não sendo um exercício imediato, existem decisões iniciais que concorrem para a sua definição. A estadia prolongada no terreno é uma condição que é inerente ao método etnográfico, ainda que não se considere que esta estadia seja a garantia da autenticidade etnográfica para chegar à verdade, pois existe «uma “confissão teórica” que torna os dados significativos» (Willis, 2000: 113). A prática etnográfica situa-se numa materialidade temporal, ainda que esta corresponda a um «convencionado presente etnográfico» (Raposo, 2002: 43); situa-se no campo das urgências do mundo, procurando descobrir o que significa ser social, no sentido mais profundo do termo (Willis, 2000).

Esta etnografia decorre num espaço institucional fechado ao contrário do que nas etnografias tradicionais acontecia. As tribos, a rua, os bairros, a cidade, eram espaços privilegiados. O facto de ser «dentro de portas» indica que, mesmo sendo uma instituição pública, o grau de privado, ou de privacidade é sempre maior do que em qualquer um dos contextos *outdoor* mencionados. A observação-participante, principal técnica adoptada, desenvolve-se em diferentes espaços da

que, tal como a fenomenologia, tem a sua origem no behaviorismo social de George Herbert Mead e no pragmatismo filosófico, mostrou como a realidade é construída e interpretada, considerando-se as situações sociais como o «quadro e o produto das suas interacções» (Campenhoudt, 2003: 67). Esta corrente nega uma realidade objectiva independente dos actores (Sprague & Zimmerman, 2004: 40) cuja interacção é organizada a partir da interpretação das interacções e da partilha de significados e da sua integração num contexto. Nesta questão, no entanto, a etnometodologia defende que para além dos significados comuns é a partir da partilha do mesmo método de produção de significado que se permite às pessoas a reconstrução da ordem (Garfinkel, 1967).

⁵ Não se ignoram, contudo, as crianças, na medida em que interagem com os/as mais crescidos/as e estão presentes no contexto comum. Aliás, as minhas primeiras aproximações à CJ fazem-se principalmente através de crianças, numa altura em que a CJ é muito mais procurada por elas durante largas parcelas do dia.

CJ: *bar, sala da formação, auditório, espaço internet, recepção, porta da entrada, canto do fumo e eira*⁶.

A etnografia desenvolveu-se em diferentes níveis. Desde a etnografia mais ansiosa e ingénua, com frustrações e com a enormidade dos esforços iniciais, passando por um período intermédio com as inerentes intermitências, até à situação de conforto do último ano. O espaço está constantemente a ser negociado com os sujeitos no terreno, o que significa que o «acesso ao campo» não se esgota nas aproximações iniciais e «deverá ser sempre motivo de atenção por parte do investigador» (Chaves, Fernandes & Neves, 2001: 92). Deste modo, quando se entra no terreno nunca se entra de uma só vez e definitivamente e a diferença, se nunca desaparece, pelo menos estabiliza-se (Cabral, 2006). A observação-participante faz, deste modo, emergir determinados dados a partir da construção do lugar da investigadora no meio do lugar de outros e de outras, em que quem investiga também é «objecto de processos de socialização local» (Caria, 2002: 12).

Neste estudo, as notas de terreno constituem o material empírico principal⁷. É a partir destas narrativas, construídas e possibilitadas pela observação-participante, que a maior parte dos diálo-

⁶ O *Bar* permite conhecer: formas de ocupar o tempo na CJ; as dinâmicas, movimentos e sociabilidades juvenis; as relações intergeracionais e de género; as relações entre jovens e técnicas/os; o grupo mais assíduo; a relação com o mundo da escola e a relação com percursos educativos. A *Sala da Formação* permite conhecer: os sentidos do projecto Ser Mais para os/as jovens; a relação com saberes e temas tratados; a relação com técnicos/as; a relação entre os elementos do grupo do projecto em contraste com os restantes elementos da CJ. O *Auditório* é o espaço do espectáculo: das festas de Natal; dos festivais de dança, das comemorações; das palestras sobre a Sida ou as drogas. É ali que tenho oportunidade de perceber: a relação da CJ com outras instituições; a relação de jovens habituais com outros/as jovens. Este é o espaço da abertura da CJ à comunidade e à cidade. Não é por acaso que as portas largas que dão para o átrio do auditório se abrem de par em par nestes dias especiais. O *Espaço Internet* é uma valência independente acolhida pela CJ. A partir da observação neste espaço pode compreender-se que é procurado pelos/as jovens frequentadores assíduos da CJ, mas especialmente por jovens e adultos da freguesia que, não tendo uma participação activa nas dinâmicas e quotidianos mais visíveis da instituição, usufruem deste espaço. A *Recepção* é a primeira paragem que faço, quando chego à CJ, normalmente para conversar com técnicas/os que ali costumam estar e ter uma visão geral dos vários ambientes. A *Porta da Entrada* é o *poiso* onde estão algumas vezes crianças e jovens castigados/as e seus/suas amigos/as solidários/as. Daqui, acedo às flutuações das punições e seus efeitos. O *Canto do Fumo* é onde os rapazes gostam de estar ao fim do dia, quando a CJ está prestes a fechar. Não tendo tido muitas oportunidades para partilhar este espaço com os/as jovens, é um espaço significativo para se conhecerem alguns hábitos juvenis; a *Eira* é um espaço representativo de um passado agrário que se conhece agarrado ao edifício. Como é um espaço aberto, é muito procurado pelas crianças para correrem e fazerem outras brincadeiras e pelos/as jovens para fumarem e conversarem.

⁷ Para além das notas de terreno, que constituem o *corpus* de análise principal, neste estudo foi mobilizado e analisado outro material que não é neste lugar utilizado: 1) análise de conteúdo de 31 números do Boletim Trimestral de Informação, uma publicação do Conselho Consultivo da Juventude (câmara municipal), publicados de 1995 a 2007. Outras informações foram tratadas a partir de bases de dados da UNIVA da freguesia. Por fim, foram realizadas breves entrevistas à equipa técnica da CJ, à coordenadora das casas da juventude do concelho e à presidente da junta de freguesia. Pretendia-se com a adopção desta última técnica ter acesso a informações que dificilmente conseguiria pela observação-participante e que eram relevantes ao nível da contextualização da CJ: políticas subjacentes à criação das casas da juventude, história desta CJ em particular e sua relação com outras estruturas locais.

gos teóricos são propostos e se corporizam no texto final. As notas de terreno, escritas nos vários momentos de observação, constituem um pequeno arquivo que pode dar conta da evolução do terreno, das perdas de «ingenuidade» e das opções que vão sendo tomadas. Deste modo, escrever notas de terreno é um processo de construção de sentido (Fernandes, 2002). Isto quer dizer que há uma «estrutura» que também está presente na forma como se dá conta.

Não se optou por separar registos de observações: mais descritivo, mais emocional ou mais teórico. Ou seja, não se opta por aquilo que Luís Fernandes considera a «organização de várias modalidades narrativas» (Fernandes, 2002: 27), pois uma única nota de terreno pode ser constituída por vários registos. Se há notas de terreno que são escritas num registo mais narrativo e «poético», outras podem ser mais factuais, conter mais conversas e outras, ainda, podem ser caracterizadas pela introdução de reflexões. Algumas partes das notas de terreno podem ser mobilizadas integralmente como texto final, porque são já resultados (Fernandes, 2002). As notas de terreno contêm, igualmente, inúmeras reflexões sobre questões relacionadas com o método e que permitiram reflectir sobre as várias fases que constituíram a estadia no terreno.

No processo de análise das notas de terreno, mais do que categorias, interessavam as dimensões que permitiam criar novas configurações de sentido, novas coerências entre fenómenos contrastantes e que estimulassem as referências iniciais. Deste modo, procurou-se ir ao encontro das formas estáveis presentes dos depoimentos dos actores e de formas que incomodassem pela sua pertinência, pela sua singularidade exemplar, procurando compreender, igualmente, os instrumentos cognitivos accionados e as «lógicas argumentativas dos actores em disputa» (Correia, 1998: 110).

2. Juventudes, imprevisibilidade e insegurança na contemporaneidade

Os modelos explicativos da imprevisibilidade dão conta de processos de desinstitucionalização (Dubet & Martucelli, 1998), de perda de confiança e de novas relações com o risco (Beck, 2005; Giddens, 1996), tornando difícil a construção de um projecto sustentado em recompensas futuras. Opta-se, então, por investir pequenos depósitos que se procuram recuperar em prazos mínimos e no presente apreensível. O imperativo para cada indivíduo fabricar as suas próprias estratégias para aceder ao sentido, quando os suportes de confiança como o Estado, a família ou o trabalho estão reconhecidamente mais frágeis, torna-o mais responsável pelas suas adesões a compromissos. Por outro lado, fica mais próximo de valores, que subjectivos e ligados ao contexto, vão perdendo o seu carácter universal, neutro e abstracto e não servem enquanto coordenadas para a elaboração de roteiros de condutas.

Num contexto em que a incerteza, enquanto estado individual e colectivo, atravessa a sociedade e o sentido da realidade, torna-se difícil para os indivíduos, e em particular para os/as

jovens, procederem a antecipações. Sendo a confiança «uma força aglutinadora no interior da sociedade» (Fernandes, 2006: 27), a desconfiança mútua origina, muitas vezes, o desinvestimento, a crise e a desistência.

Não existindo lugares de pertença seguros, a cartografia social fica mais difícil de identificar e cabe a cada indivíduo recriar-se e criar significados. No entanto, como refere Paul Willis, «isso não significa que as práticas culturais se dêem no vazio ou detenham apenas um conteúdo “racional”. Sem tradições conscientes próprias, os escombros remanescentes de outrora sobrevivem e sofrem mutações, encontrando novas áreas de relevância parcial» (2005: 326). Reconhece-se, contudo, a possibilidade para uma maior capacidade de agência individual: «Se a *modernização reflexiva* aparece como uma teoria dos poderes crescentes dos actores sociais com relação às estruturas sociais, é porque o tecido social se revigorou criando oportunidades que permitem esse maior protagonismo individual» (Bauman, 2007: 35).

Apesar de continuarem a existir sistemas sociais, as pertenças não são prescritas e não se está já perante organizações sociais consideradas estáveis e com propriedades controláveis. Conhecem-se sentimentos de deslocação e de fragmentação que emergem com o fim de certezas associadas a grupos e valores de pertença mais tradicionais, como a família ou as comunidades locais. Se na modernidade, marcada pela linearidade, as regras são seguidas, na pós-modernidade, marcada pela não-linearidade, está-se perante uma organização da acção que se baseia no «rule-finding» (Lash, 2003).

Os processos de transição juvenis para o mundo adulto, não tendo abandonado por completo os estatutos de passagem mais tradicionais, sofreram novas actualizações na medida em que «o terreno em que as transições têm lugar é de natureza cada vez mais labiríntica» (Pais, 2006: 8). As transições deixaram de ser lineares e as transições yo-yo são predominantemente marcadas pela escolha e pelo risco (Walther *et al.*, 2002).

As populações juvenis que vivem em contextos socioeconómicos mais fragilizados, marcados pela fractura de vários mundos, com menos protecção e menos modelos, deparam-se com a obrigação de serem elas mesmas e, não conseguindo, na maioria das vezes, mobilizar os referentes e identidades mais tradicionais, parecem flutuar em mundos onde não existem lógicas imperativas. Qual é, então, o princípio estruturador da vida destes e destas jovens e de que modo é que se relacionam com o futuro, tempo considerado a dimensão depositária do sentido do agir (Leccardi, 2005). Procurando a todo custo fugir à não existência e à imprevisibilidade, as juventudes parecem ir em busca de espaços, tempos e estratégias, onde podem lidar com as irracionalidades, os contraditórios, a expressividade.

Tendo em consideração a realidade social em que as experiências e as culturas juvenis se vivem e produzem – realidade marcada por um esbatimento de referências institucionais, pela erosão de lugares e papéis reconhecíveis e pelo aumento da responsabilidade individual em plataformas de risco –, qual o lugar reservado a instituições como a CJ? Que papel terá a CJ, enquanto

contexto informal de educação, na vida de jovens afastados/as biograficamente da escola? Será a CJ um espaço de restauração de confiança? Como referem Nicholson *et al.* (2004: 58), a propósito de programas para jovens após a escola, *«for many young people, the after-school program supplements positive development at home and at school; for others, the after-school program provides a primary support system that can ameliorate stressors they experience in these other settings»*. Pode-se, então, compreender o papel da CJ como um espaço de relançamento de expectativas juvenis? Entende-se este espaço, na geografia dos lugares significativos, como um *«cool place»*? (Skelton & Valentine, 1998).

A CJ, onde o estudo se realiza, é criada no âmbito de políticas da juventude que visam a «integração e a promoção da igualdade de oportunidades, criando dispositivos de acesso, marcados pelo desejo de operacionalizar a transversalidade e a interligação entre «três eixos basilares – diversidade, descentralização e dinamização»⁸. A CJ nasce da iniciativa da câmara municipal e começou a sua actividade nos inícios do século XXI. Localizada num bairro social e na periferia urbana é frequentada e procurada por jovens de grupos sociais marginalizados e desfavorecidos.

Os grandes programas institucionais, protagonizados pelo Estado e pela Escola, parecem, deste modo, ter dado lugar a programas locais de intervenção, situação que é despoletada também pela multiplicidade de formas de reconhecimento exigidas pelos sujeitos. Este reconhecimento da diferença é o que organiza hoje «a reivindicação de uma justiça que não seja simplesmente socioeconómica, mas também cultural» (Stoer & Magalhães, 2003: 23). Nancy Fraser (1997), ao propor o conceito de *«perspectival dualism»*, defende a importância de se analisar a complexidade das formas de opressão, devendo considerar-se que grupos sociais desfavorecidos não sofrem apenas de dificuldades económicas, mas, igualmente, de desvalorização social e cultural.

3. O sentido e a natureza da pertença

O movimento de pertença protagonizado pelos/as jovens da CJ resulta, em grande medida, das fragilidades e medos que atravessam os seus quotidianos. Neste movimento, procuram construir modalidades de justiça que lhes garantam reconhecimento e dignidade, afastando-se de contextos hostis e de vulnerabilidades e mobilizando estratégias para que naqueles contextos não renovem a experiência da humilhação. Procuram, então, repor alguma justiça em lugares que transformam em «espaços de enunciação» (Ball, Maguire & Macrae, 2000: 149). Aqui é onde improvisam formas de se «tornar alguém» e onde tentam filtrar objectos, figuras e situações que os fragilizam.

Compreender as pertenças, o seu valor, e o modo como organizam a vida dos/as jovens, exige que se tenha em consideração não só as disposições, o *habitus*, mas igualmente experiências dife-

⁸ Retirado do site da respectiva câmara municipal.

rentes que provocam modificações no *habitus*: as «maneiras de fazer» ou «as mil práticas através das quais os utilizadores se reapropriam do espaço organizados pelas técnicas da produção socio-cultural» (De Certeau, 1990: xl).

Pode dizer-se que as biografias destes sujeitos se organizam em torno de resistências à desestruturação institucional e comunitária, investindo em pertenças que cultivam diariamente no seu quotidiano. Este exercício é uma resistência à solidão que pressentem associada aos processos de individualização e asseguram a sua união e unidade de modo a traçarem-se em itinerários onde não estão sós e nos quais procuram prever o mais possível.

As pertenças não são investidas ao acaso. Cada uma delas é organizada em torno de valores, crenças e interesses que traduzem lealdades específicas. Não são pertenças esporádicas e são estruturantes dos seus quotidianos, funcionando como suporte identitário, corporizando formas culturais que têm como justiça orientadora a luta contra o não esgotamento de si e pelo reconhecimento.

Os actos culturais são intrinsecamente motivados como aspectos da construção da identidade. Essa identidade deve ser viável e acreditável, no sentido de saber «como continuar em frente» no mundo social e também no sentido de ganhar aceitação e respeito dos outros, mesmo na luta material pela existência, buscando e encontrando dignidade e reconhecimento (Willis, 2005: 325).

Este tipo de pertenças, ao contrário de outras, que definem a identidade a partir da ligação a uma identidade nacional, são pertenças que os/as jovens têm a impressão de escolher e controlar, constituindo formas de reconfirmar a sua identidade a partir das experiências comuns.

A definição das pertenças é também a definição dos seus lugares a partir dos quais estes/as jovens compreendem o mundo e o mundo também os/as compreende. Este lugar a partir do qual sujeito e mundo se entreolham – o espaço social – é o «lugar da coexistência de posições sociais, de pontos mutuamente exclusivos que, para os seus ocupantes, estão no princípio de pontos de vista» (Bourdieu, 1998b: 115). Estas pertenças são reacções à estrutura de desigualdades sociais, económicas e culturais que os/as colocam, muitas vezes, à deriva, conhecendo prolongadamente situações de impotência em várias esferas (Bourdieu, 1998a). É talvez este exercício de valorização e de transfiguração de si que permite que muitos/as destes/as jovens, estando nos limiares do abismo, se aguentem nas economias legais, nas raízes comunitárias e familiares.

4. A construção da pertença à CJ: o processo de a tornar «coisa sua»

A ideia de que os jovens e as jovens que frequentam a CJ desenvolveram estratégias de a apropriar, ao mesmo tempo que se tornam sua pertença, surge da observação de relações juvenis com este espaço e que indicam a natureza do apego. A relação de pertença que estabelecem com

esta instituição testemunha, talvez, uma forma de criar raízes num tempo de desterritorialização. A relação com a CJ torna-se, então, compreensível num contexto em que se reconhece uma «crise de normalidade» (Zoll, 1992: 9), cujo elemento objectivo é o desregulamento das estruturas sociais.

A pertença à CJ testemunha o esforço juvenil de preencher o tempo, parecendo entregar-se «plenamente aos seus assuntos» (Bourdieu, 1998a: 200) e estar ocupado/a. Tentam fabricar tempos cheios que lhes oferecem o sentido de inclusão em ritmos compassados e, portanto, fazendo ainda parte do *jogo*, de si e da sua vida. No entanto, este tempo que uma grande parte dos/as jovens passa na CJ é indicativo de que muitas das transições ali protagonizadas parecem «transições para lado nenhum» (Willis, 2000: 96).

Os/as jovens procuram, de um modo geral, um lugar para si. Quando propõem um espaço, propõem igualmente um tempo, onde lhes é possível proceder a uma reestruturação das suas vidas e a uma redefinição das suas temporalidades (Zoll, 1992). A pertença à CJ representa a reivindicação de um tempo subjectivo para si e que se opõe a outros tempos: da escola, do trabalho, ou da família, e que existem *a priori*. Ali, pelo contrário, apropriam-se do tempo da instituição, mais orgânico e menos linear, e colaboram na sua construção.

Se é comum depararem-se com contextos de inconstância, a CJ parece funcionar como um contexto mais estável, onde podem fabricar imagens positivas de si e construir *presenticidades*: estratégias de valorização de experiências e de organização da acção tendo em vista o tempo presente. Se todo o lugar é um constructo artificial, precário e sempre exposto à modificação e à destruição, e se todo o lugar indica uma falta (Duque, 2006), a falta de uma origem, o fabrico da CJ enquanto lugar de sentido e de identidade é o esforço para preencher alguns vazios e tornar algumas realidades mais suportáveis.

A CJ é um espaço material e simbólico que oferece aos/às jovens espaços legítimos de existência e de transfiguração. Enfatiza-se, deste modo, a ideia de que a CJ não é apenas discurso, mas é estrutura, subjectividade e acção. Esta pertença é caracterizada por estilos de acção que decorrem num campo que é regulado, mas no qual os/as jovens introduzem novas racionalidades metaforizando a ordem dominante (De Certeau, 1990).

O tempo vivido e construído a partir da sua presença na CJ é um tempo considerado válido e útil ainda que tenha pouco valor fora daquele contexto. Aliás, o valor social e simbólico da CJ também reside na valorização e no acolhimento dos tempos «vazios» juvenis e permite aos/às jovens sentirem que ali não estão a desperdiçar o tempo (Bourdieu, 1998b). A nível local, o facto de parte do seu tempo ser investido na CJ dá-lhe um certo estatuto perante outros/as. O facto de serem o grupo *afamado* da CJ acaba por contribuir para se certificarem de que a sua presença e pertença tem um valor que, sendo diabólico, é simbólico e social. No exercício de *diabolização*, tornam-se presentes, classificados/as, reconhecidos e, portanto, impossíveis de ignorar. Deste modo, a própria legitimidade da CJ depende da legitimação e do valor atribuído ao tempo dispendido pelos/as jovens, que em outros circuitos é tempo vazio, mas que ali é fabricante de sentidos.

Na CJ sentem que podem mais coisas, que têm um lugar, uma existência e um nome. Refere Philippe Meirieu que «nomear alguém é, evidentemente, essencial: pela saudação e pelo nome, o indivíduo vê-se reconhecido na sua humanidade e na sua singularidade» (2006: 188). Numa época em que nos deparamos com o desaparecimento dos lugares, a CJ parece ser um lugar de reconhecimento mútuo de quem a frequenta e no qual se procura a promoção de justiça em contextos onde os/as jovens sofrem de injustiças económicas, desvalorização cultural e social.

Nos seus trabalhos sobre reconhecimento e redistribuição, Nancy Fraser refere que, frequentemente, as lutas pelo reconhecimento procuram resolver questões de injustiça cultural e as lutas pela redistribuição procuram resolver questões relacionadas com injustiças socioeconómicas. Esta questão é discutida enquanto dilema reconhecimento-redistribuição, de modo a que se reflita sobre as possíveis interferências entre os tipos de reclamação. Se a luta pelo reconhecimento se desenvolve em torno do acentuar das diferenças, a luta pela redistribuição desenvolve-se em torno da destruição de uma especificidade que gera injustiça, indo em busca da não diferenciação (Fraser, 1995, 1997).

No que diz respeito ao grupo da CJ, este parece estar mais empenhado numa luta pelo reconhecimento nas várias frentes que entendem como possíveis. Apesar de os jovens terem níveis de escolaridade baixos, de conhecerem no trabalho formas várias de exploração e de não terem projectos de vida formais, muitas das suas lutas e discursos circulam em torno do reconhecimento cultural, embora aqui se reconheça que a injustiça cultural esteja relacionada com a injustiça económica. Neste processo não admitem formas distorcidas de reconhecimento e, por esse motivo, esforçam-se em definir, através das várias pertenças, aquilo que são.

4.1. Construir a pertença através das presenças nos quotidianos

A CJ foi, desde a sua abertura, apropriada pelos/as jovens, principalmente pelos rapazes mais velhos, fenómeno que, à partida, a distingue de outras casas da juventude do concelho. Ali é o espaço da sua construção enquanto grupo, da sua distinção de outros e da produção do Outro relativamente àquele espaço, mas também de si enquanto Outro, relativamente a outros espaços exteriores à CJ ou à freguesia. É nestas condições e relações de poder que a própria CJ se constitui.

A relação de pertença à CJ é muito complexa. Por um lado, a CJ representa um espaço diferente do local, o que para os/as jovens é importante, na medida em que se afastam do mundo adulto e do local e lhes satisfaz algum desejo de recolhimento e invisibilidade; por seu lado, a sua presença na CJ torna-os visíveis enquanto culturas juvenis, o que também lhes agrada e é importante na construção das suas identidades.

Os movimentos quotidianos em torno da CJ revelaram que esta instituição funciona como um eixo organizador do desenrolar dos dias de muitos/as jovens. Parecem mesmo existir corredores

de ligação e prolongamentos entre a casa familiar e a CJ. A presença dos/as jovens na CJ faz-se durante largas horas, fabricando pontes para outros mundos – reais ou virtuais.

Para quase todos/as os/as jovens, a CJ é onde o grupo com raízes na comunidade local e no passado se encontra, se afina e afirma. Parece ser quase o lugar onde se procura aferir que há coisas que não mudam. Neste sentido, a CJ é um espaço seguro ao qual procuram pertencer cultivando a sua presença de todos os dias.

Existem muitas formas de fabricar e de se fazer presença neste contexto. Se para muitos/as jovens os quotidianos da CJ são o contexto onde fabricam os sentidos dos dias, para alguns/mas a CJ situa-se num registo mais funcional e pontual e para outros/as ainda é uma rede de suporte educativo e de ocupação de tempos livres.

A CJ, embora seja um espaço relativamente pequeno, dá conta de diversos mundos juvenis e das suas diferentes relações com contextos exteriores, como a família, a escola, o trabalho, a comunidade, e interiores, como o das intimidades e das relações que se criam ali.

São os rapazes que dão mais corpo à CJ de forma regular, revelando um pouco das suas vidas ausentes de projecto, a não ser que o projecto seja que haja amanhã, pelo menos na CJ. A sua presença testemunha o sentido da instituição nas suas vidas e não se resume a um sentido funcional, apenas relacionado com a ocupação de tempos livres, mas com a ocupação da sua vida. Talvez, por isso, são mais os rapazes, e principalmente os que passam muito tempo no *bar*⁹ a jogar *PlayStation*, quem mais reage quando são castigados, expulsos e impedidos entrar. É como se a cidade se aproximasse e invadissem a sua zona, como se engolissem a CJ e as suas vidas e tudo fosse mais estranho e menos deles. É na repetição dos dias, das presenças e do que se faz que ganham espaço e autoridade.

Hoje, no *espaço internet*, estão jovens que não costumam estar na Casa e que vão ali apenas para a *net*. São cerca de 5 e todos rapazes.

O *bar* está com gente, um número até razoável. A jogar está o técnico do *espaço internet* e o Bruno. O Gonzo está de pé. O Tó também está de pé, encostado à esquina que dobra para o *auditório*. São eles os únicos que conhecem verdadeiramente e que *costumam frequentar assiduamente a Casa* (4 de Maio de 2006).

O ócio, o tempo livre, aparentemente não disciplinador, marca momentos fortes da CJ e os/as jovens criam nela ritmos securizantes. E se, muitas vezes, apenas se parece *estar*, como se vai estando em casa, ocupando-se o espaço e alterando a sua configuração primeira, outras vezes ocupam o tempo com conversas e jogos.

O *bar*, espaço privilegiado de afirmação da presença relativamente a outros/as frequentadores/as, é onde mais visivelmente se percebe que a CJ é um espaço que consideram deles/as, em

⁹ O bar é o espaço de convívio da CJ e onde os/as jovens passam grande parte do tempo dedicado à CJ. É ali que se conversa, vê televisão e se joga *PlayStation*.

grande parte através das relações de poder que organizam a posse do tempo do jogo, dos canais de televisão ou das mesas.

Estes momentos são organizadores de grande parte do quotidiano da CJ e marcam uma distinção entre a forma como a CJ é apropriada. O *bar* e o universo dos jogos são contextos predominantemente marcados por rapazes mais velhos que procuram nessas actividades algum prestígio. A construção da pertença à CJ passa pelo domínio e pela gestão dos tempos da instituição. Ou seja, é a partir da sua presença em determinados espaços e a partir de tempos feitos à sua maneira que fazem a negociação.

O *bar* é a face visível e imediata dos quotidianos da CJ. Se apenas se conhecesse este espaço até às 15, 16 horas, não se encontrariam muitas raparigas na CJ. Elas chegam ao fim da tarde, com as mochilas, se vêm da escola, com sobrinhos/as e irmãos/ãs, se vêm de casa ou preparadas para as sessões. Encontrei as raparigas em espaços comuns partilhados com os rapazes, mas a sua pertença à CJ faz-se, em grande medida, na *sala da formação* nas sessões, quando participam nas discussões ou quando dinamizam o grupo de dança. Um pouco mais de atenção e dá-se conta que as raparigas fazem da CJ a sua casa a partir da proximidade com algumas figuras significativas, procurando frequentemente apoio e aconselhamento em várias esferas das suas vidas. Esta «invisibilidade» das raparigas acaba por reforçar e perpetuar a ideia de que as subculturas são predominantemente masculinas (Huq, 2006) e que, neste caso, a CJ enquanto pertença é uma coisa de rapazes, pois as manifestações das raparigas são menos visíveis. A propósito da invisibilidade das culturas femininas, McRobbie e Garber (1976) consideravam que a «cultura de quarto» é uma forma cultural das juventudes femininas que não existe enquanto acção num espaço público e é experienciada a um nível sobretudo individual e num registo mais sedentário que, muitas vezes, se relaciona com as restrições às raparigas.

Uma das formas de construir a pertença à CJ protagonizada pelas raparigas é a partir da participação máxima em actividades significativas, estruturadas ou semiestruturadas, onde reconhecem alguma autonomia na sua participação e organização. Não tendo tempo para investir em quantidade na CJ, investem tudo o que podem nos tempos mais organizados, mais parecidos com a escola, e onde têm frequentemente mais protagonismo do que os rapazes. A CJ, mais do que um espaço para ocupar o tempo livre em excesso, é entendida como um espaço de oportunidades para conseguirem algum tempo livre para si ou, pelo menos, para ocuparem o tempo com ganhos mais palpáveis.

As raparigas tornam-se mais visíveis a partir da sua participação em espaços educativos da CJ como o contexto do projecto, onde, por terem também uma relação mais próxima com a escola e os saberes formais, podem mobilizar partes de si menos mostráveis nos outros espaços da CJ ocupados pelos rapazes.

O monitor e a monitora começam a falar sobre o espaço, os planetas e os eclipses para introduzirem outra actividade que tem a ver com a construção fictícia de um eclipse. *A Diana e a Maria João são quem responde às questões e sempre de maneira correcta.* Dou comigo surpreendida com os conhecimentos que ali elas mostram

ter sobre o tema. Depois surgem algumas palavras em inglês. Todas se queixam das línguas e das dificuldades (12 de Agosto de 2005).

A construção da pertença à CJ pelas raparigas, a partir da sua participação e da revelação de si enquanto sujeito com conhecimento e em segmentos mais estruturados, explica-se por motivos que se prendem quer com a socialização das raparigas quer com a menor possibilidade das raparigas, mesmo não tendo nenhuma ocupação, poderem vivenciar a CJ como os rapazes o fazem: várias horas seguidas jogando *PlayStation* ou no *Espaço Internet*. O facto de serem raparigas, em associação com os constrangimentos sociais, limita de modo significativo uma participação que poderia ser mais alargada.

A Yara e a Diana estão com problemas. Não sabem se os pais e as mães as deixam ir numa viagem. Ficam de conversar em casa. A Yara diz que *é por ser rapariga* e, por isso, ainda não sabe. Mais tarde a psicóloga comenta que *o problema da Diana é o dinheiro*. Diz que já quando foram os desportos radicais não foi, porque provavelmente não tinha dinheiro para as sandes e embora lhe fosse proposto a oferta de comida ela não foi (9 de Abril de 2005).

As raparigas, de um modo geral, dirigem-se à CJ com objectivos específicos: quando há actividades; quando esperam as sessões do projecto; ou quando combinam com uma amiga. O facto das raparigas não se organizarem em grupo como os rapazes pode aqui ter alguma influência na forma mais autónoma como frequentam os espaços da CJ. As ligações que as raparigas estabelecem com a CJ são, então, de outra natureza, menos espontânea quando comparadas com os rapazes.

Para além dos constrangimentos referidos, as raparigas são, de um modo geral, mais jovens (14-18) do que muitos rapazes (15-23), o que associado ao género pode também significar que as raparigas, menos dominantes desde os primeiros tempos da CJ, quando teriam cerca de 12 anos, se tenham mantido nessa categoria de «mais novas», podendo apenas ocupar espaços livres deixados pelos rapazes.

As estratégias das raparigas é, então, ocuparem espaços mais estruturados, o que as obriga a investimentos ao nível dos saberes e da organização. Destaca-se a sua participação como co-responsáveis por grupos de crianças e a dinamização de um grupo de dança:

[...] – A psicóloga disse-me que a tens ajudado com a Íris no Ser Mais¹⁰ dos mais pequenos...

Diana – Pois é. Não é difícil. Pronto, *temos que os ajudar e tudo e no fim eles fazem a avaliação deles* e tal, mas é uma avaliação assim, baseada nas coisas que se passam cá fora e pronto, mas eles são pequenos. Mas não é difícil (20 de Outubro de 2006).

¹⁰ O projecto Ser Mais tem como uma das principais finalidades o desenvolvimento pessoal e social dos/as jovens. As actividades deste projecto servem essencialmente para sensibilizar os/as jovens em torno de determinados valores e comportamentos, procurando suscitar reflexão e mudar atitudes.

A participação das raparigas organiza-se em torno de actividades sociais onde podem mostrar as suas competências, seja para a dança, seja para a discussão de temas nas sessões do projecto. Estas experiências, que são *mini-projectos*, são ainda reveladoras das suas capacidades para tomarem decisões perante obstáculos imprevistos e de arriscarem, mesmo em situações onde poderiam estar mais fragilizadas.

O grupo de danças torna-se uma forma das raparigas se tornarem mais visíveis. As competências que adquirem na experiência das danças são reconhecidas institucionalmente e mobilizadas. O estatuto de algumas raparigas transforma-se, em parte devido a saberes que revelam ter. A Íris, que desiste do 7º ano de escolaridade com 14 anos, desenvolveu e mobilizou durante cerca de um ano as suas competências ao nível das danças, não apenas no que diz respeito à criatividade em torno das coreografias, mas igualmente ao nível da gestão de relações entre os/as elementos do grupo de dança e que eram raparigas mais velhas. Pode dizer-se que para a Íris a sua experiência no grupo de danças, uma experiência sociocultural, provocou a sua transfiguração ao olhar dos outros/as e de si própria. Esta mudança era mais visível quando ia encontrar a Íris a ensaiar o grupo de crianças, tarefa para a qual foi escolhida pela equipa técnica da instituição.

No anfiteatro a Íris está com a Paula a ensaiar as meninas mais pequenas. O Nando está sentado na última fila a ver os ensaios. Quando me vê entrar faz-me com a mão o gesto de fixe e ri-se. As meninas ouvem com atenção o que a Íris ensina. *A Íris parece mais crescida, assume o papel e é respeitada* (28 de Junho de 2006).

Íris – Sabe, é muito tempo para elas uma hora aqui, porque isto parece que não, mas cansa. Eu achava melhor fazermos um intervalinho de 10 minutos, só para elas descansarem, mas não deixam. Dizem que tem que ser a hora inteira. É por isso que dançam outras músicas que é para descansarem das que têm mesmo que saber dançar. É para descontraírem.

Reparo que uma das meninas mais novas está sentada no chão e não vai dançar. A Íris diz-me que ainda só foi aos ensaios uma vez e ainda não sabe. Diz-lhe:

Íris – *Vá lá tu aprendes, tenta, anda lá!*

A menina levanta-se e coloca-se ao lado de outra menina na fila da frente. Tenta fazer os passos.

No final, a Íris pede para saírem com calma. *Dá um jeito às cadeiras para ficarem mais arrumadas. Pega na folha das presenças e vai à sala da psicóloga entregar a folha e dizer que já acabou e que correu bem.* A psicóloga fica satisfeita (29 de Novembro de 2006).

A experiência atrás mencionada foi uma oportunidade para se assumirem responsabilidades, aprenderem competências e mobilizarem saberes de acordo com os contextos de acção, nomeadamente de relacionamento intergeracional (que os rapazes também revelam no contexto dos jogos). Como se revelou um espaço gerador de conflitos entre as raparigas ao nível da gestão e distribuição de poderes¹¹, foi uma oportunidade para a própria instituição experimentar e analisar

¹¹ A atribuição da responsabilidade dos ensaios do grupo de dança das crianças não segue algumas das lógicas de distribuição de poderes implícitas nas relações entre pares e, neste caso, entre as raparigas: a antiguidade e a idade, por

modos de intervenção que funcionando com menos rede servem para revelar outras oportunidades de participação e, sobretudo, para cultivar modos de trabalho onde existe espaço para reconhecer as potencialidades de jovens.

A aprendizagem em torno de assumirem e respeitarem compromissos pode ter efeitos posteriores. A responsabilidade por outros/as, como neste caso das danças ou o caso do apoio que a Diana e a Íris dão às crianças na CJ, são situações que podem ter efeitos muito positivos. Como acentua Nicholson *et al.* (2004), os/as jovens mais crescidos/as ficam orgulhosos/as, quando transmitem as suas competências e apreciam a confiança e a responsabilidade que lhes é atribuída, relativamente a outros/as mais novos/as.

4.2. A pertença à CJ enquanto espaço de conforto

O Tataúga frequenta a CJ quase desde o início. Depois de começar a trabalhar continuou a frequentar a CJ e as actividades. Ao fim do dia volta sempre para conversar e combinar a noite:

Tataúga – É por ser daqui que venho mais. Também por causa do ambiente. *Sinto-me em casa* e estou à vontade.

[...] – Então se a CJ saísse daqui...

Tataúga – *Por vontade minha nunca saía. Fazia diferença. É muita gente que vem para aqui, mesmo que seja só para ponto de encontro.*

[...] – Frequentas a CJ desde quando?

Tataúga – Desde que a Casa abriu. Antes o sistema era outro. Dava para ouvir música, mas era uma casa destruída. O que tinha mais aqui eram os pequenitos. Para as famílias era bom, porque diziam: «enfia-te dentro da CJ e não saís de lá». A toda a gente agradou. O segurança e tudo.

[...] – E o Ser Mais?

Tataúga – Desde que existe essa coisa do Ser Mais que não falho, eu! Estou sempre lá, só se não puder. É assim: é mais uma coisa para aprender. Eles percebem mais do que a gente, sabem mais coisas, é mais um lugar para aprender. É mesmo assim! (24 de Janeiro de 2007).

Não sendo apenas um espaço de passagem, a CJ é um espaço onde se criam elos sociais. Tendo, muitas vezes, estes/as jovens uma relação de insegurança com outros espaços como a cidade, a família ou a escola, é no contexto da CJ que asseguram formas de segurança e de conforto. É frequente, então, perceberem-se situações que testemunham a dificuldade dos/as jovens em abandonar a CJ: quando se encontram ao fim do dia amontoados de jovens à porta da CJ, ou nas traseiras, mesmo quando já escureceu; ou quando se encontram jovens castigados *colados* à porta, esperando as ligações com o interior através de notícias trazidas pelos/as amigos/as¹².

exemplo. Deste modo, o facto de serem raparigas mais jovens e com menos tempo de frequência de CJ a assumirem aquela responsabilidade, gera alguma resistência por parte de outras raparigas, mais antigas, mais velhas e elementos de um grupo mais coeso. A resistência verifica-se, por exemplo, na prática de estratégias persuasoras junto de crianças para que não frequentem as aulas de dança.

¹² A porta da entrada da CJ é o *poiso* onde estão algumas vezes crianças e jovens castigados/as e seus/suas amigos/as soli-

Olho em volta. Estamos no fim do dia. Está escuro lá fora. Olho para a sala formação com os/as jovens/as. *Ninguém parece com vontade de ir embora.* Está tudo muito confortável. O espaço, as pessoas, o tempo. Combinam-se cafés para se encontrarem no fim-de-semana (2 de Dezembro de 2005).

Grande parte da vida dos jovens parece girar em torno da CJ. Lugar de chegada, de partida, de encontro, é um organizador geográfico e simbólico. Organiza as interações dos jovens fora dela própria, diminuindo a sensação de errância. Contrariando um pouco a ideia de que a comunidade ou a espaços locais não seriam relevantes ao nível da construção identitária e da definição dos estilos de vida, a criação da pertença à CJ mostra a significância que espaços locais podem ter na organização das vidas juvenis.

A CJ, «*um lugar onde se convive*» e «*um ponto de encontro com o pessoal*»¹³, tem um papel organizador das vidas. Falam dela como pertença sua, adquirida na antiguidade e na presença, mas sobretudo através da inscrição dela nas biografias e rotinas, afinal, partilhadas.

Diana – É importante, pois claro. Eu venho para aqui desde que abriu. Eu vim para aqui morar há 8, 9 anos *e venho para a CJ desde que abriu há 5 anos.* O grupo das raparigas foi sempre o mesmo: eu, a Inês, a Ana, a Maria João; o dos rapazes é que foi mudando, mas o nosso foi sempre mais ou menos o mesmo (20 de Setembro de 2006).

[...] – E a CJ? Há quanto tempo a frequentas?

Puma – Desde o início. *Devo ser dos mais antigos.* A CJ é fixe. Se os chavalos vissem que era bom para eles. Enquanto puder eu venho (31 de Janeiro de 2007).

Os sentidos da CJ organizam-se, em grande medida, a partir das interações com pessoas que se consideram significativas, principalmente os/as amigos/as e figuras da equipa técnica, mas também a partir das actividades e oportunidades de experimentarem coisas novas. Para uma grande parte destes/as jovens, mesmo para quem tem ocupação no trabalho e na escola, a CJ representa ligações a mundos juvenis e a fuga à dispersão.

Um dos aspectos que torna a CJ uma instituição significativa é a existência de figuras relevantes na construção da imagem de si: são os «outros significativos» (Berger & Luckmann, 1999). Estes podem ser os/as amigos/as, como já se referiu, mas são também alguns/mas técnicos/as que desempenham papéis considerados relevantes, como agentes transformadores de partes das suas

dários/as. O castigo, decorrente de comportamentos que a instituição considera ameaçadores ao bom funcionamento da CJ, pode resultar, em limite, no impedimento de o/a jovem frequentar temporariamente os espaços interiores do edifício. No entanto, como os/as jovens «colados/as» à porta demonstram, o dentro e o fora está, deste modo, em dialéctica permanente. O estar fora do espaço material e físico da CJ não significa estar fora do espaço simbólico. A porta da entrada funciona muitas vezes como uma antecâmara da CJ.

¹³ Cláudio, 19 de Janeiro de 2007.

vidas, podendo mesmo contribuir para alterar as formas pessoais de interpretar a realidade. Confrontados/as com inúmeras inseguranças e medos em outras esferas da sua vida, muitos/as jovens consideram a coerência, a confiança e a estabilidade das relações como factores importantes na sua ligação à CJ e ao lugar que entendem poder ocupar.

Yara – Agora a D. Joana [psicóloga]... *A D. Joana gosta muito de ajudar as pessoas. Tenbo alguém com quem falar. Ela sempre me ajudou. Explicou-me muita coisa* (22 de Novembro de 2006).

Luís – *Sim, sim, a psicóloga é outra coisa, é uma jóia. Ajuda muito, conversa e ouve os nossos problemas* (3 de Março de 2006).

O Luís reconhece a psicóloga como profissional e, acima de tudo, como pessoa que conversa com ele, que o ouve e que o trata bem. Este reconhecimento que o Luís sente permite o desmantelar de percepções sobre a sua realidade e experimentar outras matrizes relacionais e modelos sociais alternativos, que Berger e Luckman consideram ser «estruturas de plausibilidade» (Berger & Luckman, 1999). Parece permitir, sobretudo, gerar «bem-estar subjectivo» (Park, 2004) que alimenta relações sociais e visões de si mais positivas.

4.3. *Tocar a CJ constantemente: pertencer sempre*

A presença na CJ é de tal maneira cultivada que é frequente passar-se de propósito à porta quando se está a fazer outras coisas. Procura-se manter uma proximidade física numa relação rasante com a instituição, prolongando elos entre as suas casas e a CJ.

Na rua estão dois rapazes (15, 16 anos) perto da casa a andarem de bicicleta. *Vão alternando o seu mini passeio entre a porta de entrada da CJ e o resto da rua ou mesmo a entrada para o bairro.* O tempo que gastam à entrada da porta da casa justifica-se pelos amigos que têm lá dentro e com os quais vão entremeando as conversas e os passeios (29 de Julho de 2005).

Deste modo, mesmo estando ocupados/as com afazeres fora da CJ, encontram sempre maneira de a incluir nos circuitos, porque está ali no meio: no meio do bairro e das suas vidas. A CJ é fruída nas suas várias facetas e mesmo quem está de castigo e está impedido de frequentar o interior da instituição encontra outras formas de prolongar a CJ e de perpetuar a sua presença ainda que no limiar ou no exterior. Não parece admitir-se o afastamento físico, obrigando a CJ a um relacionamento inevitável.

A luta para não se tornarem invisíveis é, então, uma luta feita nos dias miudinhos da CJ, encostando-se o mais possível aos lugares de dentro, mesmo que seja do lado de fora. Neste exercício, há sempre uma vigilância mútua e pressões sobre os espaços.

Carlos (segurança) – Conheço jovens como eles. Muitos dos meus amigos são como eles. Consigo-os compreender. Uma pessoa aqui tem que ser calma.

[...] – Pois mas eles estão sempre cá perto da Casa. Têm uma relação de amor/ódio com a Casa.

Carlos (segurança) – É mesmo isso, definiu mesmo bem. *É uma relação de amor/ódio, porque o que eles queriam era entrar.* Mas já houve mudanças desde o início, muitos já trabalham. Antigamente os mais velhos, o Puma, o Mico, o Zê, estavam sempre aqui e agora já trabalham, mas sempre que podem cá estão (10 de Janeiro de 2007).

Pelo exemplo mencionado pode constatar-se que existem jovens que pertencem à CJ numa condição de *rondantes* e situando-se nos confins da instituição. O confin «articula e gradua as relações entre o interior e o exterior, entre abertura e fechamento» (Calabrese, 1988: 62). A relação que constroem com aquele espaço é sempre pela sua impossibilidade de entrar e a própria instituição também se define à conta destas figuras *rondantes*. Por outro lado, esta ronda frequente mostra a importância da CJ no vazio que preenche em vidas um pouco vazias. O preenchimento faz-se neste esforço de criar a relação pela proximidade física, porque provoca nos outros reacções, mesmo que sejam negativas. Se nunca se expulsa verdadeiramente da CJ, pode dizer-se que existe uma dimensão ontológica na pertença à CJ enquanto lugar que os/as jovens abandonam com menos facilidade do que abandonam a escola.

Antes de sair despeço-me da recepcionista. Reparo que estão três rapazes à entrada da CJ, já no corredor. *Dois deles estão proibidos de entrar, o outro não. Avançaram cerca de um metro da porta da entrada.* O que significam estes pequenos avanços? (29 de Novembro de 2006).

Há relações de pertença que são de corredor e que são testemunho de um desejo, por parte de quem não é desejado/a, de fazer parte da relação de não indiferença que desenvolvem com a CJ e suas figuras.

Tendo um significado simbólico importante – a não permissão de entrar –, a verdade é que se vão impondo quando estão perto do edifício, à entrada, onde pelo vidro da porta dá para ver quem está e quem está pode optar por sair. É uma *não pertença* em intermitência e comprova que o interior do edifício é apenas uma faceta da CJ. Os elos de ligação, entre os castigados e a CJ, são feitos por amigos/as e é um comportamento que se encontra mesmo entre as crianças:

Vem para a eira a Cláudia (11 anos), irmã da Ana, e traz o cabelo igual ao da Tânia (12 anos). *A Tânia esteve proibida de entrar na CJ.* Via-a muitas vezes à entrada da CJ com a Anita (10 anos) que lhe fazia companhia. Agora já pode voltar a frequentar (14 de Julho de 2006).

A significatividade da CJ não é menor para estes/as jovens impedidos/as de entrar. É uma relação com sombras e acaba por significar o desejo do Outro (Lacan, 2002), do *contra-olhar*, imprescindível para a definição identitária e para o reconhecimento. A manutenção da relação com a CJ, mesmo num registo de vigilância e de algum conflito latente, é preferível a serem ignorados.

O Gonzo já não frequenta o Projecto Ser Mais. Desde que começou a trabalhar que frequenta a CJ na mesma, mas não o projecto. Quando chega já não vai para o bar, um dos espaços onde ele há uns meses atrás ficava horas a fio a jogar *PlayStation*. *Fica encostado ao muro de trás, do lado de dentro ou do lado de fora*. A maioria das vezes estão nesse espaço limiar, de fronteira, e até sem conversarem. Mas *o Gonzo continua a ir ao fim do dia, resgatar momentos de fim-de-dia de trabalho*, prolongando as semelhanças sobre as diferenças que, entretanto, nasceram do facto de estar a trabalhar (20 de Outubro de 2006).

Parecem precisar do contacto diário para confirmar o seu lugar e a sua identidade e, sobretudo, prolongar formas de vida juvenis, mesmo quando se está já no mundo do trabalho. Mostra-se, assim, que as transições não se fazem pelo abandono de um estado para integrar outro, mas podem organizar-se em torno de estratégias de manutenção de experiências simultâneas ainda que tradicionalmente radicadas em mundos diferentes.

Quando vamos para as traseiras onde tenho o carro dou com o Luís que já não via há algum tempo encostado ao muro do lado de fora. Conversa com o Marine do lado de dentro e com o Tó. Digo à Luana para me esperar que eu vou só cumprimentar o Luís. Pergunto-lhe o que faz do lado de fora:

Luís – Olhe, é porque estou todo sujo. Vim do trabalho e ainda tenho que tomar banho. *Vim aqui só falar com o pessoal, que é quando posso ao fim do dia. Venho aqui um bocadinho*. É assim (27 de Outubro de 2006).

O «toque» na CJ, ao fim do dia, é a garantia e a confirmação de que não se está confinado a uma só realidade – laboral, familiar, escolar. Por outro lado, parece esperar-se que a CJ também não mude em demasia. As relações significativas que ali desenvolvem, e que representam formas de suporte social, sustentam imagens de si com integridade e securizantes.

A CJ está na escuridão. À porta da CJ, fechada e escura, estão vários jovens encostados à grade como tantas vezes. Vejo *as pontas dos cigarros acesas como um sinal de presença à porta de uma CJ já fechada* (24 de Janeiro de 2007).

As experiências subjectivas de integração e pertença fazem-se através dos prolongamentos dos tempos e espaços da CJ, através das interacções e da recusa em deixar de pertencer.

É nesta relação infiltrada entre o exterior e o interior que se prova que a CJ não é apenas os limites do seu edifício. Nas relações que estabelecem com a instituição, à revelia das regras instituídas, vão definido o dentro e o fora, sem a pureza que a arquitectura poderia argumentar. No entanto, a CJ acaba por ter uma relação um pouco angustiada com este tipo de apropriação e com as novas delimitações que os jovens fazem dela, desejando, por vezes, restaurar uma ordem inaugural.

Conclusão

Num tempo de crise e imprevisível novas condições impõem novos desafios e pressões junto dos/as jovens, principalmente daqueles/as que vivem situações de desigualdade estruturais. Muitos dos/as jovens da CJ sofrem de dupla marginalização: estão excluídos/as da modernidade, representada pelo afastamento dos centros de conhecimento e do mercado de trabalho, e estão excluídos/as do processo de reconhecimento de igualdade de direitos e de oportunidades.

No esforço de não se deixarem engolir por uma das versões da sua vida, a versão da precariedade, da ausência de perspectivas sobre as reais possibilidades para sair dessa precariedade, reservam esforços para criar lugares de conforto para a apresentação de outra versão de si onde experimentam valores, onde produzem e mostram o seu «estilo de vida». Imaginam, então, que a CJ pode ser um desses lugares e inventam com a sua acção e a sua palavra novas figurações de si. Estas invenções procuram assegurar pequenas rotinas e repetições securizantes de modo a ter controlo sobre algumas partes das suas vidas; são estratégias de produção de «mapas de sentido» que também resultam das apropriações juvenis de símbolos e objectos (Valentine, Skelton & Chambers, 1998).

A nível local, a pertença dos/as jovens à CJ torna-os/as visíveis e dá-lhes a oportunidade de exuberarem a sua existência, nomeadamente, passando naquele espaço horas seguidas nos quotidianos repetidos. Ora, o «ritual quotidiano, devido ao próprio facto da redundância, tem um gosto de trágico: o do eterno recomeço do mesmo, mas é um trágico fundador» (Maffesoli, 2001: 67). Assim, mesmo ocupando lugares juvenis da contemporaneidade, como os virtuais, procuram materializar a CJ e materializar-se nela. A ideia de «nostalgia do lar»¹⁴ poderá, em algumas dimensões, fazer sentido: «A “nostalgia do lar” é um *sonho de pertença* – o sonho de ser, por uma vez, *do* lugar, em vez de se estar somente *no* lugar» (Bauman, 2007: 103). Este *ser do* e não apenas *estar no* parece ser aquilo que caracteriza a relação que desejam ter com a CJ, assim como explica os conflitos que surgem cada vez que se sentem como estando lá e não fazendo parte.

Embora exista um sentido de pertença que é comum entre todos/as os/as jovens, encontraram-se ao nível de género algumas especificidades a assinalar, revelando este facto que rapazes e raparigas usufruem de modo distinto da CJ. Se para os rapazes a construção da pertença à CJ assume uma configuração vital, mais narrativa e biográfica, as raparigas desenvolvem a sua relação de pertença com a CJ num registo mais funcional e educativo. As raparigas são menos visíveis em espaços da CJ como o *Bar*, ou o *Espaço Internet*, mas são muito mais visíveis nas sessões do projecto e tomam mais vezes a iniciativa de dinamizarem actividades. Pode dizer-se que a relação das raparigas é num registo *stacato*: horas certas, momentos certos, para sessões e actividades

¹⁴ «Nostalgia do lar» é um conceito de Jonathan Matthew Schwartz citado por Bauman (2007: 103).

concretas. Raramente *andam por lá* e raramente passam na instituição largos períodos de tempo. As famílias não deixam as raparigas estarem «sem fazer nada» e mesmo desistindo da escola ou não tendo emprego parecem ter sempre ocupações relacionadas com a casa e com a família.

Contacto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392 Porto – Portugal
E-mail: sofiamsilva@fpce.up.pt

Referências bibliográficas

- Ball, Stephen, Maguire, Meg, & McCrae, Sheila (2000). *Choice and pathways: Transitions post-16*. Milton Keynes: Open University Press.
- Bauman, Zygmunt (2007). *A vida fragmentada: Ensaio sobre a moral pós-moderna*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Beck, Ulrich (2005). *Risk society: Towards a new modernity*. Londres: Sage Publications.
- Berger, Peter, & Luckmann, Thomas (1999). *A construção social da realidade: Um livro sobre sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.
- Bourdieu, Pierre (1998a). *Contrafogos*. Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, Pierre (1998b). *Meditações pascalianas*. Oeiras: Celta Editora.
- Cabral, J. Pina (2006). Reflexões finais. In Antónia Pedroso Lima & Ramon Sarró (Orgs.), *Terrenos metropolitanos: Ensaio sobre produção etnográfica* (pp. 177-192). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Calabrese, Omar (1988). *A idade neobarroca*. Lisboa: Edições 70.
- Camphenoudt, Luc Van (2003). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Caria, Telmo (2002). A construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais: Reflexividade e fronteiras. In Telmo Caria (Org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp. 9-20). Porto: Edições Afrontamento.
- Correia, José Alberto (1998). *Para uma teoria crítica em educação*. Porto: Porto Editora.
- Chaves, Miguel, Fernandes, Luís, & Neves, Tiago (2001). Investigação etnográfica em territórios psicotrópicos: Notas de terreno e comentário. *Educação, Sociedade & Culturas*, 16, 171-201.
- De Certeau, Michel (1990). *L'invention du quotidien. 1. Arts de faire*. Paris: Éditions Gallimard.
- Dubet, François, & Marttucelli, Danilo (1998). *Dans quelle société vivons-nous?* Paris: Seuil.
- Duque, Félix (2006). Esculpir el lugar. In Andrés Ortiz-Osés & Patxi Lanceros (Eds.), *La interpretación del mundo* (pp. 95-112). Barcelona/México: Anthropos Editorial/Universidad Autónoma Metropolitana.
- Fernandes, Luís (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: As facetas da escrita etnográfica. In Telmo Caria (Org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp. 23-40). Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, António Teixeira (2006). *Monotonia democrática e diluição das regulações sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fraser, Nancy (1995). From redistribution to recognition: Dilemmas of justice in «post-socialist» age. *New Left Review*, Julho/Agosto, 67-93.
- Fraser, Nancy (1997). *Justice interruptus*. Cambridge: Routledge.
- Garfinkel, Harold (1967). *Studies in ethnomethodology*. Nova Jersey: Prentice-Hall.
- Giddens, Anthony (1996). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Huq, Rupa (2006). *Beyond subculture: Pop, youth and identity in a postcolonial world*. Londres: Routledge.
- Gonçalves, António Custódio (1997). *Questões de Antropologia Social e Cultural*. Porto: Edições Afrontamento.

- Lacan, Jaques (2002). *Les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Paris: Éditions Seuil.
- Lash, Scott (2003). Reflexivity as non-linearity. *Theory, Culture & Society*, 2, 49-57.
- Leccardi, Carmen (2005). Para um novo significado do futuro: Mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social*, 2, 35-57.
- Lima, Antónia Pedrosa, & Sarró, Ramon (Orgs.) (2006). *Terrenos metropolitanos: Ensaio sobre produção etnográfica*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Maffesoli, Michel (2001). *O eterno instante*. Lisboa: Piaget.
- McRobbie, Ângela, & Garber, Jenny (1976). Girls and subcultures: An exploration. In Stuart Hall & Tony Jefferson (Eds.), *Resistance through rituals: Youth subcultures in post-war Britain* (pp. 209-222). Londres: Hutchinson.
- Meirieu, Philippe (2006). *O mundo não é um brinquedo*. Porto: Edições Asa.
- Nicholson, Heather J., Collins, Christopher, & Holmer, Heidi (2004). Youth as people: The protective aspects of youth development in after-school settings. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 591, 55-71.
- Pais, José Machado (2006). Buscas de si: Expressividades e identidades juvenis. In Maria Isabel Mendes de Almeida & Fernanda Eugénio (Orgs.), *Culturas jovens: Mapas de afeto* (pp. 7-24). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Park, Nansook (2004). The role of subjective well-being in positive youth development. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 591, 25-39.
- Raposo, Paulo (2002). A construção antropológica de um terreno: Performances culturais. In Telmo Caria (Org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp. 41-60). Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, Sofia Marques da (2008). *Exuberâncias e (trans)figurações de si numa casa da juventude: Etnografia de fragilidades e de estratégias juvenis para o reconhecimento e para a dignidade*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Skelton, Tracy, & Valentine, Gill (Eds.) (1998). *Cool places: Geographies of youth cultures*. Londres: Routledge.
- Sprague, Joey, & Zimmerman, Mary K. (2004). Overcoming dualisms: A feminist agenda for sociological methodology. In Sharlene Nagy Hesse-Biber & Patrícia Levy (Eds.), *Approaches to qualitative research* (pp. 39-61). Nova Iorque/Oxford: Oxford University Press.
- Stoer, Stephen R., & Magalhães, António M. (2003). A reconfiguração do contrato social moderno. Novas cidadanias e educação. In David Rodrigues (Org.), *Perspectivas sobre a inclusão: Da educação à sociedade* (pp. 14-24). Porto: Porto Editora.
- Valentine, Gill, Skelton, Tracey, & Chambers, Deborah (1998). Cool places: An introduction to youth and youth cultures. In Tracy Skelton & Gill Valentine (Eds.), *Cool places: Geographies of youth cultures* (pp. 1-32). Londres: Routledge.
- Walther, Andreas, Hejl, Gry Moerch, & Jensen, Torben Bechmann (2002). Youth transitions, youth policy and participation. State of the art report (working paper 1). Retirado em Setembro 2, 2007 de <http://www.iris-egris.de/yoyo/pdf/YoyoWP1StateofArt.pdf>.
- Willis, Paul (2000). *The ethnographic imagination*. Cambridge: Polity Press.
- Willis, Paul (2005). Cultura viva: Entrevista com Paul Willis. Roger Martínez. *Tempo Social*, 2, 301-333.
- Zoll, Rainer (1992). *Nouvel individualisme et solidarité quotidienne*. Paris: Éditions Kimé.

